



“PELO QUE DOU FÉ”: A PATRIMONIALIZAÇÃO DA MEMÓRIA ORAL NOS CADERNOS DE REGISTRO DO MUSEU DO COLÉGIO MAUÁ (1966-1970)

Angelita da Rosa
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil
angeldarosa09@gmail.com

RESUMO

Este artigo investiga uma prática documental singular no âmbito do patrimônio histórico-educativo: o registro de narrativas orais como acervo museológico. O estudo foca nos sete primeiros cadernos de registro (1966-1970) do Museu do Colégio Mauá (Santa Cruz do Sul/RS), intitulado "Doações e Declarações", que se diferenciam de outros instrumentos de assentamento de acervos, ligados à cadeia operatória do processo museológico. Os artefatos analisados apresentam variadas formas de uso, funcionando, igualmente, para o registro de acervos materiais, de memórias e de saída de campo. A análise empreendida utilizou como metodologia a biografia dos objetos (Kopytoff, 2008), bem como os aspectos intrínsecos e extrínsecos (Mensch, 1989), além da ligação com a descrição densa (Geertz, 1978), fundamentados no substrato teórico e metodológico da operação historiográfica (Certeau, 2017), do paradigma indiciário (Ginzburg, 1989), a partir do viés multidisciplinar possibilitado pelos estudos da História Cultural. Considerando os usos e as formas de registro localizados nos artefatos, parte-se do pressuposto de que os poucos conhecimentos museológicos e arqueológicos do período foram determinantes para que os profissionais da época, na tentativa de realizar da melhor forma o seu trabalho, tenham gerado registros peculiares e/ou singulares quando analisados em relação ao que, atualmente, está normatizado como prática museológica. Os resultados da investigação denotam a relevância do material empírico estudado.

Palavras-chave: História; Memória Oral; Museu escolar.

“DOY FE”: LA PATRIMONIALIZACIÓN DE LA MEMORIA ORAL EN LOS CUADERNOS DE REGISTRO DEL MUSEO DEL COLÉGIO MAUÁ (1966-1970)

RESUMEN

Este artículo investiga una práctica documental singular en el ámbito del patrimonio histórico-educativo: el registro de narrativas orales como acervo museológico. El estudio se centra en los siete primeros cuadernos de registro (1966-1970) del Museo del Colégio Mauá (Santa Cruz do Sul/RS), que, bajo el título "Donaciones y Declaraciones", que se diferencian de otros instrumentos de asentamiento de acervos, ligados a la cadena operativa del proceso museológico. Los artefactos analizados presentan variadas formas de uso, funcionando, igualmente, para el registro de acervos materiales, de memorias y de salidas de campo. El análisis emprendido utilizó la metodología biografía de los objetos (Kopytoff, 2008), así como los aspectos intrínsecos y extrínsecos (Mensch, 1989) y la relación con la descripción densa (Geertz, 1978), todos fundamentados en el sustrato teórico y metodológico de la operación historiográfica (Certeau, 2017), del paradigma indiciario (Ginzburg, 1989), a partir del sesgo multidisciplinario posibilitado por los estudios de la Historia Cultural. Considerando los usos y las formas de registro localizadas en los artefactos, se parte del supuesto de que los escasos conocimientos museológicos y arqueológicos del periodo fueron determinantes para que los profesionales de la época, en su intento de realizar de la mejor forma su trabajo, hayan generado registros peculiares y/o singulares al ser analizados en relación con lo que, actualmente, está



normatizado como prática museológica. Los resultados de la investigación denotan la relevancia del material empírico estudiado y confirman el papel del museo en la patrimonialización de la memoria oral local.

Palabras clave: Historia; Memoria Oral; Museo escolar.

"TO WHICH I ATTEST": THE PATRIMONIALIZATION OF ORAL MEMORY IN THE REGISTRATION NOTEBOOKS OF THE COLÉGIO MAUÁ MUSEUM (1966-1970)

ABSTRACT

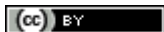
This article investigates a unique documentary practice within the scope of historical-educational heritage: the registration of oral narratives as a museological collection. The study focuses on the first seven registration notebooks (1966-1970) of the Colégio Mauá Museum (Santa Cruz do Sul/RS), which, under the title "Donations and Declarations," that differ from other collection record instruments linked to the operative chain of the museological process. The analyzed artifacts exhibit various uses, also functioning for the registration of material collections, memories, and field trips. The analysis employed the methodology of the biography of objects (Kopytoff, 2008), as well as the intrinsic and extrinsic aspects (Mensch, 1989) and the relation with thick description (Geertz, 1978), all grounded in the theoretical and methodological substrate of the historiographical operation (Certeau, 2017) and the evidential paradigm (Ginzburg, 1989), from the multidisciplinary perspective enabled by Cultural History studies. Considering the uses and forms of registration found in the artifacts, it is assumed that the scarce museological and archaeological knowledge of the period was decisive for the professionals of the time, in their attempt to perform their work in the best way, to have generated peculiar and/or singular records when analyzed in relation to what is currently standardized as museological practice. The results of the investigation denote the relevance of the empirical material studied and confirm the museum's role in the patrimonialization of local oral memory.

Keywords: History; Oral Memory; School museum.

"CE DONT J'ATTESTE": LA PATRIMONIALISATION DE LA MÉMOIRE ORALE DANS LES CAHIERS D'ENREGISTREMENT DU MUSÉE COLÉGIO MAUÁ (1966-1970)

RÉSUMÉ

Cet article examine une pratique documentaire singulière dans le domaine du patrimoine historique-éducatif : l'enregistrement de récits oraux en tant que collection muséologique. L'étude se concentre sur les sept premiers cahiers d'enregistrement (1966-1970) du Musée Colégio Mauá (Santa Cruz do Sul/RS), qui, sous le titre "Dons et Déclarations", qui diffèrent des autres instruments de documentation des collections liés à la chaîne opératoire du processus muséologique. Les artefacts analysés présentent diverses formes d'utilisation, servant également à l'enregistrement de collections matérielles, de mémoires et de sorties sur le terrain. L'analyse menée a utilisé la méthodologie de la biographie des objets (Kopytoff, 2008), ainsi que les aspects intrinsèques et extrinsèques (Mensch, 1989) et le rapport avec la description dense (Geertz, 1978), tous fondés sur le substrat théorique et méthodologique de l'opération historiographique (Certeau, 2017), du paradigme indiciaire (Ginzburg, 1989), à partir du biais



multidisciplinária tornou possível por meio das pesquisas em História Cultural. Considerando as utilizações e as formas de registro encontradas nos artefatos, supõe-se que as poucas informações museológicas e arqueológicas da época tenham sido determinantes para que os profissionais da época, ao tentar realizar o melhor trabalho possível, tenham gerado registros particulares e/ou singulares em relação ao que atualmente é considerado prática museológica. Os resultados da pesquisa denotam a pertinência do material empírico estudado e confirmam o papel do museu na patrimonialização da memória local.

Mots-clés: História; Memória oral; Museu escolar.

INTRODUÇÃO

O presente artigo investiga uma prática documental singular no âmbito do patrimônio histórico-educativo: o registro de narrativas orais como acervo museológico. O processo de pesquisa está ligado ao desenvolvimento do doutorado¹, que investigou os sete primeiros cadernos de registro (1966-1970) nos anos iniciais do funcionamento público do Museu do Colégio Mauá (Santa Cruz do Sul/RS), uma instituição representativa das práticas de conservação e ensino vinculadas ao ambiente escolar no sul do Brasil. A escolha dos cadernos de registros do referido museu como objeto de pesquisa foi pautada, inicialmente, a partir da estranheza dos assentamentos de memórias, muitas vezes, numerados como doações. Dessa forma, os registros de declarações ou “doações de memórias”, como optei por referir, foram partes importantes da análise empreendida na tese.

A trajetória do atual Museu do Colégio Mauá está calcada na inauguração oficial, ocorrida no ano de 1966. Porém a história da entidade e, conseqüentemente, o processo que levou a sua formação, com a produção dos cadernos de registro, tem em sua trajetória a amálgama de iniciar como um pequeno museu escolar, restrito a sua comunidade, existente, possivelmente, entre as décadas de 1940 e 1960, aspecto este não contemplado na história do atual museu. Compreende-se que ocorre uma mudança de patamar, com a referida abertura pública, pois, desde então, torna-se o único museu do município de Santa Cruz do Sul². É nesse

¹ A minha pesquisa está relacionada ao processo de doutoramento que resultou na tese: “Cadernos Viajantes do Museu do Colégio Mauá: registros de História, Etnologia e Arqueologia (Santa Cruz do Sul/RS - 1966-1970)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), na UFRGS, sob a orientação da Professora Doutora Zita Rosane Possamai.

²No tempo atual, o município de Santa Cruz do Sul localiza-se na região conhecida como Vale do Rio Pardo, na encosta inferior do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 150 km de Porto Alegre. Santa Cruz é um município bastante desenvolvido e, economicamente, muito ativo, com base na produção e no beneficiamento do tabaco. Segundo o IBGE, sua população é estimada em 133.230 pessoas e representa o município mais populoso da região dos Vales, integrando o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (COREDE-VRP), juntamente com outros 22 municípios.



contexto que emerge o caso notável em que o Museu do Colégio Mauá, em seus primeiros anos de atividade, adotou uma prática documental única: registrar não apenas as "doações" de artefatos, mas também as "declarações" orais de memórias. Este artigo argumenta que o Museu do Colégio Mauá, por meio dessa metodologia singular, desenvolveu uma forma intuitiva e pioneira de patrimonialização do imaterial.

Para desenvolver este argumento, o texto foi estruturado em quatro partes. Primeiramente, contextualiza-se o surgimento do museu, destacando o perfil de sua equipe e a influência da tradição oral na região. Em seguida, analisam-se os artefatos intitulados como "Doações e Declarações", os quais se constituíram os *locus* de registro e materialização das memórias. A terceira seção aprofunda a análise dos cadernos como um arquivo que negocia memórias, selecionando e preservando um patrimônio imaterial, antes mesmo da definição ser trabalhada no Brasil. Por fim, nas considerações finais se chama a atenção como este estudo de caso revela o museu escolar como agente na construção ativa do patrimônio local, oferecendo uma nova perspectiva sobre as potencialidades contidas nas margens da documentação museológica.

UM MUSEU ESCOLAR ABRE CAMINHOS PARA AS PRÁTICAS MUSEOLÓGICAS DO MUNICÍPIO

Nos documentos que relatam a história do Museu do Colégio Mauá sempre figura a data de início das atividades como sendo 20 de setembro de 1966, quando ocorreu a abertura pública da instituição, no entanto, parte da trajetória relacionada ao museu escolar, ocorrida nas décadas anteriores à inauguração ao público, não aparece como elemento do processo. O Museu Escolar, instalado inicialmente no Colégio Mauá, apresenta um aspecto da história institucional que parece ter sido esquecido ou ignorado, deixando muitas lacunas acerca da existência e da longevidade do museu. Porém, recuperar a época inicial tornou-se fundamental para entender o que levou a escola a investir e a se dedicar ao patrimônio, à guarda de acervos e à memória local.

As informações que tangem à história do Museu Escolar, existente anteriormente ao Museu do Colégio Mauá atual, nos servem para esclarecer o início do processo museológico dentro da estrutura do educandário, de forma a compreender as primeiras interações com a institucionalização de acervos. Assim, ao longo da investigação foi possível compreender a criação de um primeiro espaço de musealização, possivelmente em 1945, que contava com peças arqueológicas, animais taxidermizados, entre outros acervos comuns para os chamados



museus escolares de ciências que existiam nos educandários no período referido. Este movimento de criação de museus escolares esteve muito ligado à História Natural, como verificado no que ocorreu no Colégio Mauá, inclusive sendo a sua primeira sala, possivelmente, compartilhada com a sala de química, como encontrado em registros fotográficos.

Desse momento para a abertura pública do Museu do Colégio Mauá há um hiato nas informações, o que nos levou a levantar algumas hipóteses e encaminhamentos, dentre eles, considerar que foi a partir da gênese daquela primeira configuração de museu escolar que ocorre a formação da instituição museológica aberta ao público na década de 1960.

Dentro do processo, é significativo para esta compreensão, mirar nos atores envolvidos, ou seja, de que forma professores e funcionários do Colégio Mauá deram foco e força a um incipiente método de pesquisa e musealização, dando origem à equipe que foi a campo e realizou o trabalho que levou ao que hoje conhecemos como o Museu do Colégio Mauá. É necessário ressaltar que as decisões e as ações destas pessoas determinaram algumas singularidades que hoje são consideradas irregulares ou inadequadas de acordo com os atuais processos museológicos. Dentre as práticas está aquela que foi o objeto da pesquisa: a escrituração dos cadernos de registro, com suas peculiaridades, como a função de resguardar o assentamento dos acervos e as narrativas de memórias, ou, ainda, para desempenhar a função de cadernos de campo³.

A equipe inaugural, liderada pelo diretor Hardy Elmiro Martin⁴ e composta por outros membros, não era formada por museólogos de carreira, mas por educadores e/ou entusiastas locais. Eram professores e membros da comunidade, pessoas que compartilhavam laços de confiança e pertencimento com os moradores da região, tanto da zona urbana quanto rural.

³A equipe inicial do Museu do Colégio Mauá realizou centenas de saídas de campo para pesquisa (que, na data da inauguração pública, em 1966, já eram em número superior a 630). Essas saídas, chamadas de “Missões”, propiciavam recolha de material, escavado e coletado, especialmente no que tange à coleta e à pesquisa de vestígios arqueológicos. Nas chamadas “Missões Arqueológicas”, nas quais ocorriam escavações e geravam o recolhimento de um vasto material, tanto de vestígios dos povos originários, quanto de peças e narrativas em geral, pois aconteceram em diferentes lugares. Estes vestígios provenientes das missões são responsáveis, em grande medida, por boa parte do acervo inicial do Museu do Colégio Mauá.

⁴A equipe inicial do Museu do Colégio Mauá realizou centenas de saídas de campo para pesquisa (que, na data da inauguração pública, em 1966, já eram em número superior a 630). Essas saídas, chamadas de “Missões”, propiciavam recolha de material, escavado e coletado, especialmente no que tange à coleta e à pesquisa de vestígios arqueológicos. Nas chamadas “Missões Arqueológicas”, nas quais ocorriam escavações e geravam o recolhimento de um vasto material, tanto de vestígios dos povos originários, quanto de peças e narrativas em geral, pois aconteceram em diferentes lugares. Estes vestígios provenientes das missões são responsáveis, em grande medida, por boa parte do acervo inicial do Museu do Colégio Mauá.



A ausência de uma formação museológica tradicional, que poderia impor protocolos de documentação estritos e impessoais, tornou-se uma vantagem e se transformou em uma característica que foi fundamental para o legado e singularidade. Em vez de seguir a técnica de um manual, a equipe operou a partir de sua própria sensibilidade e de sua forte inserção comunitária. Eles não eram agentes externos coletando artefatos; eram vizinhos conversando com vizinhos. Essa proximidade permitiu que a inovação florescesse, abrindo espaço para uma metodologia de trabalho orgânica, centrada nas pessoas e em suas histórias, e não apenas nos objetos.

Para além das pessoas envolvidas, é preciso compreender outra singularidade que está ligada ao substrato cultural de Santa Cruz do Sul e região. A metodologia de trabalho da equipe do museu não foi concebida aleatoriamente, mas foi diretamente influenciada pela valorização da palavra e da narrativa pessoal, traços marcantes da cultura de colonização alemã que floresceu no local, pois a tradição oral sempre desempenhou um papel vital nas comunidades formadas por imigrantes. Longe da pátria de origem e buscando manter a coesão social, a língua, o dialeto e as histórias compartilhadas tornaram-se pilares da identidade. Compreende-se que para o imigrante não bastava a união para vencer as barreiras impostas pela vida na nova terra ou para confraternizar em momentos de descanso, era preciso ter um vínculo, um elo que identificasse os novos moradores e os mantivesse como um grupo coeso e de ajuda mútua. Neste aspecto, o uso da língua ou dos dialetos trazidos foi, e ainda é, um fator de identificação sociocultural em Santa Cruz do Sul.

É precisamente nos cadernos de registro que essa filosofia se materializa de forma mais eloquente nos quais a valorização da palavra falada foi formalizada e preservada, de forma que ficou evidente na escolha do título dos primeiros sete cadernos, datados entre 1966 e 1970, como "Doações e Declarações". A explicação para essa nomenclatura revela o cerne da prática de uma época, e que na atualidade nos parece ser tão inovadora. É possível ainda refletir que o título não é acidental; é uma enunciação de princípios, pois equipara, desde a capa, o valor do bem material ("Doação") ao valor do bem imaterial ("Declaração"). Desta maneira, os cadernos de registro transcendem sua função administrativa para se tornarem o lugar simbólico, no qual a cultura oral da comunidade era oficialmente acolhida, validada e perpetuada pela instituição museológica.



"DOAÇÕES E DECLARAÇÕES": A TIPOLOGIA DA MEMÓRIA INSCRITA

O cerne da prática singular do Museu do Colégio Mauá reside em seus cadernos de registro. Mais do que meros instrumentos de entrada de objetos, esses artefatos documentam a invenção de uma metodologia que ousou inscrever a memória oral ao lado da peça material. Ao analisar a estrutura e o conteúdo das "declarações", revela-se como o museu se tornou um depositário não apenas de bens, mas das narrativas, dos saberes e das sensibilidades de uma comunidade inteira. Compreende-se que, nos cadernos do Museu do Colégio Mauá, o processo documental subverteu a lógica museológica tradicional, valorizando as memórias no mesmo patamar da materialidade.

É interessante destacar que acerca das declarações, não há um padrão, nem mesmo uma lógica, pois contempla variados tipos e formas de registros. Alguns assentamentos identificados como declarações acompanham peças, outros não. Alguns são efetuados no museu, quando alguém, durante uma visita, relata algo que é registrado. Outros, em saídas de campo, nas conversas com os declarantes, em suas casas, nas chamadas "Missões", quando a equipe encontrava pessoas em diferentes localidades e assentava os registros dos seus relatos.

Assim, em muitos casos, a narrativa oral ganhava um estatuto próprio, sendo introduzida e, por vezes, até mesmo numerada como se fosse um item de acervo. Uma declaração sobre os "bugres" que passaram pela região (doação n.º 7, descrita a seguir), por exemplo, recebia um registro tão formal quanto a doação de uma sela antiga. Essa prática era a manifestação de um entendimento profundo de que a história não estava contida apenas no artefato, mas, fundamentalmente, na experiência humana associada a ele ou as vivências da época.

Para maior compreensão, é possível trazer alguns exemplos para elucidação do processo. Na página três do primeiro volume, consta a primeira declaração, intitulada como "doação". De fato, há uma doação no final, mas que se torna secundária diante da declaração feita. De outro modo, embora não fique claro dentro do texto que os trabalhadores do museu estejam em campo, o registro passa a impressão de que havia ocorrido uma missão, como eram chamadas as saídas de campo para coletas arqueológicas. Segue o texto:

Doação n.º 7 ref. 2-1

ARQUEOLOGIA, OUTEIRO⁵ N.º 2 – Vva. Elli Meinhardt – Rio Pardinho

⁵ Outeiro, segundo o dicionário online, é uma pequena eminência de terra firme, pequeno monte ou coluna. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/outeiro/>. Acesso em: 02 set. 2025.



Vva. Elli Meinhardt, nascida em 1895, esposa do falecido Sr. Ernesto Meinhardt Sobrinho, em terras anteriores pertencentes a Hermann Pittelkow, tem a relatar que por volta do século datam os primeiros achados.

Lembra-se que o Sr. Evaldo Zuther adquiriu peças. Doou outras não se lembra mais. Sabe que foram peças para o museu de Laguna, em Santa Catarina.

Tem a relatar a seguinte história:

“Quando tinha mais ou menos dez (10) anos, apareceram uns ‘bugres’ mansos, dos que já estavam em contato da civilização pois vestiam roupas andrajosas. Era um grupo que possuía homens, mulheres e crianças. Fizeram demonstrações públicas com arco e flecha, e se deitando no chão, inclusive. Ao que sabe, vieram de cima da serra, e se dirigiam para a cidade de Santa Cruz do Sul. Nunca mais os viu nem ouviu falar deles. O fato que mais lhe impressionou, foi o fato de que se serviam com regalo de um boi doente, que morreu, e que já estava com mau cheiro’

Era o que o declarante tinha a dizer.

Doações: 1 fotografia do falecido, Sr. Ernesto Meinhardt Sobrinho

3 pontas de flechas e 1 bastãozinho de cristal que estava previsto para enfeite de corrente de relógio;

71 pontas de flechas, de múltiplos tipos

1 machado de pedra

2 boleadeiras

Pelo que dou fé: (assinatura) Elli Smidt Meinhardt

Testemunha (assinatura) Alice Meinhardt

(Observação: Aparece um apontamento posterior: ver declaração 198).

O espaço geográfico é Rio Pardinho, interior do município de Santa Cruz do Sul, e não há data do registro. Acredito que a equipe estava em missão na região e coletou o relato, juntamente com a doação, o que é ratificado quando se analisa que há a referência 2-1 na parte superior. Em nenhum local há a explicação a respeito das referências, mas, ao examinar o conjunto dos cadernos da subcoleção, fica perceptível que as numerações registradas, bem como as indicações de localidades, referem-se às saídas da equipe do museu para escavação, coleta ou busca de acervos pelo interior do município de Santa Cruz do Sul ou de municípios vizinhos.

Outro aspecto a ser considerado é a idade da declarante, na época com 71 anos, que relata suas memórias de infância. Algumas hipóteses levam a pensar que poderia ser uma história contada há muito tempo ou que foi declarada para ser registrada historicamente. Ao final das assinaturas, há uma observação: “ver declaração 198”. A referida declaração citada contém o seguinte texto:

Declaração nº 198

O Snr. Eduardo Gabe, morador na linha 7 de Setembro, tem a declarar, que viu com seus próprios olhos, o que a Vva. Elli Meinhardt, declarou junto com a doação nº 7.

Foi um dos participantes.

Supõe que teve uns 9 a 10 anos. Nasceu em 1896 (20 de outubro). Nas demonstrações, lembra-se, que atiraram por cima do rio, com as suas flechas. Não se lembra mais se fizeram alvo alguma árvore atrás.

Estavam em terras pertencentes então a Richard Grawunder, e era negociante também. Supões que mora hoje Heinz Wegner Grawunder. Sua memória não é mais a boa, pois é doente.

Pelo que dou fé

Santa Cruz do Sul, 28 de setembro de 1966

(assinatura) Eduardo Gabe

A declaração realizada, no mesmo ano, ocorreu de forma a ratificar o relato colhido junto com a doação nº 7, em que o declarante afirma que “viu com os próprios olhos” o evento registrado e leu o relato assentado no caderno. Contudo, permanecem algumas interrogações, por exemplo, como este segundo declarante sabia da declaração da senhora? Ela, moradora de Rio Pardinho, e ele, do centro da cidade de Santa Cruz. Qual a necessidade da ratificação da declaração anterior? Como o declarante era morador da região central de Santa Cruz do Sul, imagina-se que ele deva ter ido ao museu para “doar” o seu relato ou, estando no museu, soube do relato, leu e resolveu confirmar? Não é possível determinar.

Em seguida, na página três verso, há outra declaração sem número de registro que relata a história de um rapto. Chama atenção que a declarante é uma moradora da cidade de Arroio do Tigre, distante cerca de noventa e nove quilômetros de Santa Cruz do Sul. A própria narradora assinou o registro, não havendo indicação de onde o caderno estava, sendo datado de 11 de julho de 1966. Como as doações e declarações anteriores e posteriores a esta estão sem data, é plausível imaginar que esta senhora veio até Santa Cruz, esteve no museu e fez a declaração, que é transcrita a seguir:

Declaração:

Histórico de um rapto: A 11 de julho de 1966, a Sra. Arminda Schacht, nascida Roebke, atualmente residente perto de Arroio Tigre, e esposa do Sr. Alfredo Schacht, tem a declarar que sabe de tradição oral, que sua ilustre avó Carolina Hirt, morador nas vizinhanças do Ferrabraz, São Leopoldo, o seguinte:

Que seus pais (pais de Carolina Hirt), moradores nas proximidades da família Pohl, digo, Waterpohl, foi presenciadora da seguinte tragédia:

‘Que um negro [não possível leitura] bugres já pacificados, contra a família Waterpohl. Os ditos bugres mataram o pai e a mãe, com açoites de saraguá⁶, durante a colheita do feijão. Empalavam os (porcos) [rasura], cortaram a faca os colchões, espalhando as penas, e o que não levaram da casa, destruíram. Finalmente levaram as quatro filhas do casal. A mais nova perdeu-se no mato, e julgou-se mais tarde ter-lhe descoberto os restos, por causa dos cabelos.’

⁶ Saraguá é uma ferramenta primitiva para tirar feijão da casca.

‘Nove meses depois, a mais velha foi mandada recolher ervas, para remédio para uma bugra. Saindo do mato viu um cavaleiro, e incontinentemente correu até ele. Este cobriu-lhe a nudez com um poncho e saiu galopando à toda, tendo em vista a reação dos bugres, que saíram em seu encalço.

Os colonos conseguiram depois cercar, libertar as duas Waterpohl, e quase exterminar estes bugres.’ Oficialmente não pode transparecer nada. Tinha 10 a 11 anos na época.

(Assinado) Arminda Scharch

Na página quatro do caderno de registro volume I, há uma declaração, não numerada, que, igualmente, fala sobre os referidos “bugres”⁷. Porém, nesta há a assinatura do declarante, acrescida pela assinatura de duas testemunhas, ou seja, ratificado como verdade do ponto de vista jurídico.

PASSAGEM DE BUGRES EM R. PARDINHO

O Snr. Edmundo Schmidt, morador na linha 7 de setembro, conhecida como Kochlöffel9 sabe por tradição oral, de seu falecido pai, Jakob Schmidt (4 de abril de 1963 +), Rosalina Schmidt (ainda vive), o seguinte:

Tomando conhecimento da história de Elly Meinhardt, sobre os bugres de Rio Pardinho, o confirma, pelo que sabe de seu pai. Tendo a acrescentar que o acontecimento do boi morto foi nas imediações da propriedade do Snr. Alfred Henstshke, em Rio Pardinho. Na época do acontecimento pertencia a propriedade o Pedro Petry. Mais tarde passou para Germano Petry.

Pelo que dou fé (assinatura) Edmundo Schmidt

Testemunhas: (assinaturas) Edmundo Hahn e Emma Hahn

Entende-se que “bugre” era uma expressão de época para se referir aos povos originários, que, muitas vezes, eram discriminados ou perseguidos, vivendo em meio às matas em situações de precariedade e isolamento. Aqui, não se julga se os fatos são reais ou não, mas acredita-se que, para as pessoas da época dos registros, episódios como estes eram encarados com uma veracidade consolidada.

Ocorrem, igualmente, declarações que são aditamentos às doações como, por exemplo, a doação número 953, registrada em Santa Cruz do Sul, aos 19 dias de agosto de 1968. Nela consta o repasse de dois recipientes de porcelana, entregues por George Fuchs, em nome da sua

⁷ Sobre a palavra “bugre” Guisard (1999) explica que o termo tem sua origem na Idade Média, quando ocorreu um movimento herético na Europa que contrariava os preceitos da Igreja e ao decorrer do tempo ganhou outros significados, todos com conotação pejorativa. Conforme o autor: “o termo era usado principalmente nos espaços públicos - especialmente em referência àqueles que possuíam características específicas ligadas a uma tradição indígena da região - mas poderia ser usado também em espaços mais reservados. Fica claro que o termo é pejorativo, para identificar aqueles que apresentam alguns traços físicos específicos - “cabelo de flecha, liso, escorrido”; “olho rasgado, nariz meio achatado”; “escuro sem ser negro” - que estão associados a aspectos culturais, sociais, psíquicos e econômicos também específicos: “o bugre é rústico, atrasado”; “o bugre verdadeiro é do mato, aquele que está escondido, mais agressivo e arredio”; “o bugre que está na cidade é mais dócil, pode ser trabalhador, mas é traçoeiro”. In: São Paulo em Perspectiva, Dez 1999, Volume 13 Nº 4, páginas 92 – 99. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/jMgYnVpvBB5wLgbxYyRM4Lv/?lang=pt>. Acesso em: 08 set. 2025.



mãe, sendo ele quem assina o registro. Na doação, consta que as peças doadas, as quais não são identificadas quanto ao tipo de recipiente, pertenciam aos seus avós, pais de sua mãe, e devem ter mais de cem anos. No mesmo registro, há a anotação “ver D 959”. Buscando o registro referenciado, ambos assentados no caderno volume V, temos o seguinte:

Declaração nº 959

A Vva. Maria Fritz Fuchs, mãe de Georg, nascida em Berlim, tem a declarar, em aditamento à doação nº953, o seguinte: recebeu a peça em 1920, no enxoval, as peças. Saiu de sua casa de negócio.

Seu pai era Georg Fuchs e sua Maria Fritz Fuchs, e tinha o endereço: Kommandanter Strasse, 83, em Berlim. Na 1ª Guerra, foi bem destruída. Fazia parte do centro.

Santa Cruz do Sul, 30 de agosto de 1968

(assinatura) Maria Fuchs geb. Fritz

Há casos em que a declaração não é uma narrativa de memória ou uma história complementar a uma doação, mas o registro de uma possível doação. É o caso do apontamento número 548, que está no caderno volume III, escrito, em próprio punho, pelo declarante, com o seguinte texto: “[...] “A Comunidade Evangélica da Linha Andreas declara que a Cruz da 1ª Igreja da Linha Dona Jose [Josefa] pode ficar em cuidado do Museu do Instituto Mauá. Vera Cruz, 10 de 7 de 1967. G. Meissenstein, Pastor”. Não há nenhuma outra informação, nem mesmo se ocorreu o que foi registrado.

Ao longo da pesquisa foi possível identificar que juntamente com os registros de doação e de declaração, há uma outra tipologia que junta ambas: “doações e declarações”. Dentro dos cadernos, se observa, algumas vezes, uma confusão relacionada às doações registradas como “declaração e doação”, mas sem declaração (para além de contar o histórico da peça); ou ainda, declarações que estão marcadas apenas como “doação”.

Algumas doações e declarações deixam dúvida sobre a razão de estarem registradas e se há, de fato, alguma doação em alguns registros. Exemplo disso, encontramos no registro nº 42, intitulado de “Declaração e Doação”, aparecendo a anotação “Ref. 39-Taq. Mir. 2” e que tem o seguinte texto:

Mathias João Eisermann, residente no Taquari Mirim, município de Rio Pardo, perto do Snr. Amaro Kroth, encontrou em suas terras, há quatorze anos, um pote grande de barro, contendo 3 pequenos, um machadinho. Que a tampa se partiu com o arado, e que acordam trocar o pote por uma talha que caiba a mesma quantidade de água, isto é, 6 baldes d'água, e que está em uso, desde que o encontrou.

O pequeno furo, do fundo, foi fechado com uma laje de cimento. Está há 14 anos em uso.



Pelo que dou fé
Rio Pardo, 31 de julho de 1966
(Assinatura) Mathias João Eisermann

Entende-se que não há uma declaração, apenas informações sobre o objeto doado. Além disso, há de se considerar o fato de o texto ser bastante confuso do ponto de vista da doação, pois o repasse não fica claro em nenhum momento.

Vale ressaltar que é perceptível que não há nenhum padrão específico nos registros, mas, de maneira recorrente, encontra-se a seguinte ordem: título (doação, declaração, etc.), número (quando o tem), o objeto, um pequeno histórico da doação, seguido pela afirmação da autenticidade ("pelo que dou fé"), data e assinatura do doador. Assim, é notada uma escrita cartorial, que atesta a veracidade, mas que não dá conta dos aspectos básicos, como os que são elencados para estarem presentes em um livro tombo ou caderno de registro, por exemplo.

Essa equiparação simbólica é reforçada por um elemento textual recorrente e de grande força: a expressão cartorial "Pelo que dou fé". Utilizada ao final de quase todos os registros, tanto de doações quanto de declarações, e frequentemente seguida pela assinatura do próprio declarante, essa frase confere à narrativa oral um estatuto de testemunho, de documento com validade e veracidade. Ao adotar essa linguagem, o registrador elevava o relato pessoal a um ato quase jurídico, atestando sua autenticidade. Na prática, o museu declarava que a memória de um morador sobre a sua sociedade de lanceiros ou sobre a história de uma arma de família tinha, para a instituição, o mesmo peso documental que o objeto físico doado. O valor da memória narrada era, assim, equiparado ao bem material.

Outro ponto interessante de se analisar é o presente nas narrativas demonstram um forte eco da cultural colonial local. O conteúdo inscrito nessas declarações oferece um panorama riquíssimo da vida social e cultural da região de colonização alemã. As narrativas preservadas nos cadernos são ecos vivos de um passado que, sem esse registro, teria se perdido. As memórias sobre as Sociedades Culturais Coloniais, por exemplo, são particularmente detalhadas. Através das transcrições, é possível reconstituir aspectos minuciosos da vida associativa, como os das Sociedades Culturais de Lanceiros e Ulanos.

Exemplo do tema, é o que se apresenta no registro número 116, do caderno volume I, datado de 08 de outubro de 1966, em Santa Cruz do Sul. O assentamento está intitulado como declaração e não deixa claro se ocorreram doações, mas retrata a Sociedade de Lanceiros de Linha Pinheiral, interior do município de Santa Cruz do Sul.

A Vva. Ana Winckelmann, moradora em Linha Pinheiral, junto à Igreja, em moradia própria, esposa do falecido Snr. Carlos Pedro Winckelmann, penúltimo presidente da "sociedade de lanceiros Linha Pinheiral", e tem a declarar o seguinte:

Snr. Alvin Bertram, foi o último presidente, e também já está falecido, e enterrado no cemitério junto à Igreja. Deve ter falecido há uns 40 anos, em um mês de janeiro. A este tempo, o número dos sócios, era de uns trinta, quarenta membros.

A tesouraria era com o seu falecido esposo e provavelmente também parte dos papéis, e o que possui é o seguinte:

- a) um livro de contribuição de sócios, abarcando o período de 1932 a 1940, até o mês de maio.
- b) uma carta da linha João Alves, datado de junho de 1937.
- c) uma carta da Tangerinas, datado de junho de 1937.
- d) nome da sociedade: "Cavallaria União de Lanceiros"
- e) um livro de atas, com termo de abertura de 26 de jan. de 1908, em que declara a data da fundação a julho de 1907, e incluía no fim, os estatutos. Este livro de ata vai até o ano de 1916.
- f) livro de protocolo, abrangendo o período de 29 de Maio de 1932 a Novembro de 1938. Este foi conduzido com borrador, e a lápis.
- g) um rascunho de um discurso de importância da época;
- h) um livro caixa, do período de 1907 a 1926: bom estado;
- i) um livro caixa, período de 1928 a junho de 1939;
- j) a espada do Snr. Carlos Pedro Winckelmann, seu falecido esposo, ainda existe;
- k) duas espadas pertencentes à antiga sociedade;
- l) a bandeira está intacta, com os trabalhos, e tela preta, que fora empregada no ato funerário do falecimento de seu esposo.
- m) o traje era de calça branca, casaco cinza e fitilhas verdes.

Pelo que dou fé

Santa Cruz do Sul, 8 de Outubro de 1966

Anna Winckelmann

A declarante, provavelmente, acompanhou a referida sociedade junto ao seu marido, que foi o penúltimo presidente. Nas suas memórias, aparecem informações referentes a assuntos administrativos e também que remetem ao uniforme da época. Destaque para duas questões consideradas relevantes, sendo que a primeira está relacionada ao material descrito: o texto não diz se os itens foram apenas citados ou mostrados ou ainda doados. A segunda questão refere-se ao uso da tela preta da bandeira, sendo esta uma tradição em todas as sociedades coloniais, em caso de falecimento de um dos seus membros⁸.

⁸ Olgário Paulo Vogt (2004, p. 197) explica, a partir da pesquisa realizada em Venâncio Aires, que as homenagens prestadas a um associado falecido ocorriam com o chamamento para que todos os demais membros comparecessem uniformizados ao velório. A partir de então, iniciava o ritual, sempre ao comando do presidente da agremiação. Assim, os integrantes da Sociedade, chamada de *Verein*, passavam em torno do caixão, em duas filas, para fazer o cerimonial de despedida e, logo em seguida, a bandeira da sociedade era trazida, fechada e envolta em um pano preto, para, posteriormente, ser passada três vezes sobre o esquife. A sociedade estava de luto e se despedia, formal e ritualmente, de um de seus membros.



Nas declarações, encontradas ao longo da investigação, alguns pontos merecem reflexão. Primeiramente, os relatos nos permitem identificar questões ligadas às atividades da sociedade, bem como ao uniforme e aos membros. Outra situação é que algumas são registradas na mesma data, por moradores de partes diferentes do município.

Porém, também é possível identificar memórias sensíveis, pois os cadernos também revelam como o museu se tornou um espaço seguro para o depósito de lembranças mais dolorosas. Entre as declarações, é marcante a situação das sociedades nos tempos turbulentos da Segunda Guerra Mundial⁹. Sabe-se que, nas localidades com maior população ligada à colonização alemã, ocorreram fortes repressões, com variadas proibições, entre as quais, o dialeto falado, a literatura e os ritos identificados com a etnia. Estas situações aparecem em dois registros da senhora Maria Biesdorf, sendo que o número 209 está intitulado como doação e o 210, como declaração, ambos assentados na localidade de Arroio Grande, em 02 de janeiro de 1967.

A Snra. Vva. Maria Biesdorf, moradora em Arroio Grande, tem a declarar o seguinte:

- 1) Durante o período da última guerra, com a perseguição e tudo que era alemão, foram queimadas as bandeiras, e o mais, de fazenda. Contudo, guardou uns restos da bandeira: o floreado, um pano verde, umas franjas.
- 2) recentemente botou fora um recipiente de lata, onde antigamente era guardada a bandeira, que foi queimada. Dentre delas, encontramos 3 faixas verde-amarelo, e uma quarta, preta, para o luto dos sócios.
- 3) Um "stensler"¹⁰ para o Ringstecher, ainda incompleta. Falta o braço para prender o couro.
- 4) A haste da bandeira, com placas comemorativas, recentemente foi destruída, sendo a madeira queimada, e as placas para o ferro velho. Entrou para o ferro velho, que foi vendido para a siderúrgica riograndense, portanto, sem chance de recuperação.

⁹ É de amplo conhecimento da historiografia a situação dos descendentes de imigrantes italianos e alemães após a declaração de guerra do Brasil contra os países do Eixo. Assim, como ocorreu em outras partes, a região de Santa Cruz do Sul sofreu uma grande repressão na qual as pessoas eram consideradas não pertencentes à pátria brasileira e deveriam passar por um processo de nacionalização, com a proibição de cultos e da imprensa em língua alemã, bem como a renomeação de localidades e acidentes geográficos, além da interferência nas atividades educacionais destas comunidades. Segundo René E. Gertz (2005, p.159), “a ‘colônia alemã’, sob alguns ângulos, era ‘excessivamente’ visível na sociedade gaúcha, por um lado, mas, por outro, totalmente ausente em certas instâncias do aparelho estatal, carecendo, por isso de defensores internos ao Estado. Isso levava a uma visão ambivalente em relação a ela. Por um lado, na aparência, se confirmava a tradicional opinião sobre a total indiferença cívica de alemães e descendentes [...] ao tentar justificar o início do processo de ‘nacionalização’ com o suposto desconhecimento total da Pátria brasileira por parte dos brasileiros de descendência alemã”. O autor escreve que “para avaliar o que estava em jogo, devemos tentar colocar-nos no contexto. Santa Cruz do Sul era um município com um desenvolvimento econômico muito razoável, com um nível de consumo de calorias *per capita* bastante acima da média estadual, cujas lideranças sempre praticaram uma política muito própria frente ao governo estadual e cuja população apresentava altos índices de alfabetização, graças às muitas escolas comunitárias. E aí vem, de repente, um estranho que se considera um ‘verdadeiro’ brasileiro, acusa os cidadãos santa-cruzenses de serem maus brasileiros e se propõe a mostra-lhes como devem ser e o que devem fazer” (Gertz, 2005, p. 166).

¹⁰ A palavra *stensler* significa espécie de grampo para prender o couro do alvo.



- 5) Livro das contribuições da sociedade de bolão "Espalha Brasa".
 - 6) Livro caixa do "Cavallerie Stechclub Arroio Grande" a partir de Fevereiro de 1914, até quando passou a sociedade.
 - 7) Livro das entrada de baile, do salão Biesdorf
 - 8) Livro da referência dos jogos de bolão, a partir de 2 de Março de 1952.
 - 9) Livro de bolão, da Soc. Grupo Arroio Grandense, fundado em 3 de Junho de 1958, sendo capitão Egon Schwember.
- Pelo que dou fé
Arroio Grande, de 2 de Janeiro de 1967

A Vva. Maria Biesdorf, tem a declarar mais o seguinte:

- 1) a sociedade do Ringstech possuía 25 espadas, ao que se lembra;
 - 2) a arma de tiro foi emprestada para Vera Cruz, e não retomou mais. A arma era de pressão de ar.
 - 3) a sociedade de dama chamava-se "Flôr de Maio", e tinha 37 anos de existência, era Maio de 1966. Logo, fundação em maio de 1929.
 - 4) A sociedade de dama tinha o seguinte traje: saia azul, e blusa branca, todas com o mesmo feitio, possuíam uma mesa, para jogo de bolão, que ainda existem. Reuniam-se as damas, de 2 em 2 meses, quando tinha jogos, e de 4 em 4 meses, faziam baile. O baile era aberto pela Presidenta.
 - 5) Houve uma porção de demolição, devido à gurizada, que invadiu o salão, muitas vezes, e saíram a brincar nos campos com as espadas, gasosas, etc...
- Pelo que dou fé
Arroio Grande, 2 de Janeiro de 1967

Na transcrição do registro 209, é importante esclarecer que não fica claro o que foi, realmente, doado, tendo em vista que este apontamento está intitulado como doação. De outro lado, no começo do texto, aparece a informação de que a doadora "tem a declarar". Desta maneira, percebe-se que o foco do registro está pautado nas memórias da senhora Maria Biesdorf. Sobre a declaração, no registro seguinte, é interessante perceber que a senhora Biesdorf refere-se, igualmente, às outras sociedades, como, por exemplo, Cavallerie Stechclub Arroio Grande, Sociedade Grupo Arroio Grandense, Ringstech e Sociedade de Dama Flor de Maio. Ou seja, ela convivia e/ou conhecia outras entidades.

Na esteira das histórias relacionadas à repressão durante a Segunda Guerra, temos outro registro que demonstra a situação da cultura alemã em solo gaúcho, como pode ser encontrado no número 418, do caderno volume II, de 28 de março de 1967:

O Snr. Rubem Wegner, filho de Helmuth Wegner, e neto de Heinrich Wegner, proprietário e morador em Vila Melos tem a declarar o seguinte:

- 1º) Heinach Wegner foi presidente do Stech Verein reingan e guardou todos os pertences, em sua casa.

Durante a guerra, todo o material, como livros, bandeira, espada, talabarte, lanças, foi apreendido pelo delegado Ernesto Trigo, e levado tudo á General Câmara.

- 2º) Não possui nada mais.

Pelo que dou fé

Vila Melos, 28 de Março de 1967
(Assinatura) Rubyi Wegener

Ao registrar essas histórias, o Museu do Colégio Mauá não estava apenas documentando o passado; estava acolhendo as memórias silenciadas e oferecendo um lugar de legitimação para as experiências da comunidade. As declarações se tornaram, assim, um arquivo da identidade, das práticas sociais e das feridas históricas de sua gente, garantindo que os ecos da cultura colonial germânica não se perdessem no tempo.

OS CADERNOS DE REGISTROS COMO ARQUIVO E NEGOCIAÇÃO DA MEMÓRIA

Os cadernos de registro do Museu do Colégio Mauá transcendem a função de meros inventários. Eles se revelam como um complexo arquivo no qual a memória da comunidade foi ativamente construída, negociada e preservada. Analisar essa prática implica em refletir sobre os mecanismos de seleção da memória e reconhecer o caráter pioneiro de uma ação que, intuitivamente, salvaguardou o patrimônio imaterial muito antes de sua conceituação formal.

Porém, é preciso compreender o processo no qual há uma pessoa **a narrar**, ou seja, **contando** o que sabe, a partir de sua vivência ou de relatos de outros, para alguém **responsável por registrar** as informações, partindo do entendimento e do discernimento deste **autor do registro**, muitas vezes, sem filtro **no tocante à** implicação daquela narrativa com o contexto tratado no museu. Dessa forma, fica claro **como** a multiplicidade de informações revela muito mais das próprias experiências pessoais ou familiares do que da relação com o acervo custodiado pela entidade.

Assim, os cadernos funcionaram como um lugar de "memória organizada". Ao registrar as "declarações", a equipe do museu não estava apenas transcrevendo relatos, mas criando um arquivo oral deliberado, transformando a fluidez da palavra falada em um documento perene. Há de se ter em conta **o fato de as** memórias serem produtos da ação do homem, tendo em vista **o uso do** livre arbítrio para escolher o que registrar, **bem como** a maneira pela qual isso poderá ser feito. Pollak (1989, p. 4) menciona: "[...] para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato." Ou seja, os objetos são, justamente, pontos de contato fundantes da memória, quando tratamos de bens patrimoniais. No museu, os objetos doados funcionam exatamente como esses pontos de



contato, gatilhos **capazes de liberar** narrativas, as quais, uma vez inscritas, passavam a compor um corpo de memória institucionalizado.

Contudo, a criação de um arquivo é sempre um ato de seleção, operando na fronteira entre a memória e o esquecimento. Cabe questionar: Quais memórias foram selecionadas para serem inscritas? Majoritariamente, as narrativas da comunidade teuto-brasileira, tanto rural quanto urbana. Os declarantes eram ex-membros de sociedades culturais, viúvas de presidentes, filhos de Ulanos, agricultores **ao encontrar** vestígios arqueológicos em suas terras, ou seja, os agentes da história local. Suas vozes, **ecoando** as experiências do associativismo, da repressão durante a guerra e das tradições cotidianas, foram as escolhidas para compor este arquivo.

O ato de registrar, portanto, é um gesto de poder. Ele solidifica e legitima uma versão da história, conferindo-lhe a autoridade de um documento "dado fé". Ao mesmo tempo, esse enquadramento inevitavelmente produz silêncios. Outras versões, outras memórias que não encontraram eco ou "pontos de contato" com os interesses dos registradores, foram desconsideradas. O arquivo, portanto, não é um espelho neutro do passado, mas o resultado de uma negociação, onde a equipe do museu, atuando como mediadora, escolheu quais fios narrativos seriam tecidos na memória oficial da instituição. Em todos os registros é possível perceber esta negociação e nos assentamentos do Museu do Colégio Mauá não foi diferente. Quem ouviu e registrou teve o poder de legitimar, de validar e de transformar a oralidade em documento histórico.

Para além da identificação de dados intrínsecos (tais como: peso, dureza, forma, cor, textura etc.) e de dados extrínsecos de ordem cultural (tais como: função, valor estético, valor histórico, valor financeiro, valor simbólico, valor científico etc.) o importante é compreender que uma coisa ou objeto só se transforma em bem cultural quando alguém (indivíduo ou coletividade) o DIZ e o valoriza de um modo diferenciado. É preciso DIZER para que o bem cultural se constitua como tal. Nesta vereda, se compreende o trânsito do bem cultural pelo sertão do arbítrio. A constituição do bem cultural passa através de um processo de atribuição voluntária de valores. Parece ter ficado bastante claro que no caso da museologia, da biblioteconomia e da arquivologia operamos com uma unidade conceitual que se define pela relação: homem-documento-espço. Cada um desses três elementos é uma partícula atômica. Eliminar um deles é romper o equilíbrio do átomo conceitual. O átomo conceitual a que nos referimos articula-se com outros conceitos básicos quando se trata de construir os fundamentos teóricos da documentação (Chagas, 1994, p. 36-37).

Resta entendido que a intenção de registrar as narrativas de memória está relacionada com o intuito de perenizá-las. Porém, é preciso pensar, igualmente, na situação hipotética de que nem todas as lembranças narradas foram registradas. Desta maneira, é plausível a



compreensão do domínio do campo dos museus, usando a concepção de Pierre Bourdieu (2004), esclarecendo como esses registros deveriam ser analisados. De forma mais clara, é possível pensar que se faz necessário o estudo da relação entre agentes e instituições, seguindo o entendimento de Zita Possamai, ao afirmar que “[...] pode-se assim, pensar campo como espaço de luta material e simbólica entre determinados agentes pela construção de representações e práticas específicas” (2015A, p. 18) para, assim, poder entender quem escolhe o que registrar, ou não, conseqüentemente, o que deve, ou não, ser resguardado. Ainda, segundo Bourdieu, pode-se entender o museu como aquele espaço “[...] que tem ao seu encargo a conservação capital de bens simbólicos legados pelos produtores do passado e consagrados pelo fato de sua conservação” (2004, p. 117). Compreendo que esta conservação não se refira, puramente, aos bens materiais legados aos museus, mas, igualmente, às memórias e às histórias.

Sustenta-se, então, a articulação das reflexões que levam ao entendimento de que o simples ato de escrever em um caderno de registro foi, no caso do Museu do Colégio Mauá, um sofisticado exercício de poder simbólico, onde a equipe ativamente selecionou, validou e transformou narrativas orais em patrimônio.

O tema patrimônio é ponto a ser destacado, pois décadas antes de a UNESCO formalizar o conceito de patrimônio cultural imaterial, a equipe do Museu do Colégio Mauá já praticava, de forma pioneira e intuitiva, a sua salvaguarda. A obsessão em registrar não apenas "o que se tem", mas, fundamentalmente, "o que se conta" e "o que se lembra", demonstra uma compreensão avançada de que a cultura de uma comunidade reside tanto em seus artefatos quanto em seus saberes e práticas. Essa prática pode ser lida como uma forma de documentação do imaterial, antes mesmo do termo existir. Ao transcrever detalhadamente os relatos sobre as Sociedades Culturais, a equipe estava, na prática, registrando, tanto as tradições orais (as histórias sobre a fundação das sociedades, as memórias de repressão e as lendas locais) quanto os eventos festivos e rituais (nas descrições dos bailes, dos desfiles a cavalo dos Ulanos, das competições de tiro e dos rituais fúnebres com a bandeira da sociedade), bem como as práticas sociais (a organização hierárquica das associações, os uniformes utilizados, as regras de convivência e as formas de sociabilidade).

Esses registros transformaram os cadernos em um repositório de saberes-fazer, de formas de expressão e de celebrações que constituíam o tecido vivo daquela comunidade. A equipe do museu, formada por pessoas imersas naquela cultura, reconheceu o valor intrínseco dessas práticas e utilizou o caderno como ferramenta para garantir sua transmissão, ainda que no papel. Foi um ato visionário que antecipou, em nível local, um dos debates mais importantes do campo do patrimônio no século XXI.



É possível compreender, então, de que o simples ato de escrever em um caderno de registro foi, no caso do Museu do Colégio Mauá, um sofisticado exercício de poder simbólico, no qual a equipe ativamente selecionou, validou e transformou narrativas orais em patrimônio, cumprindo um papel crucial na construção do patrimônio histórico-educativo local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo trabalho de pesquisa é uma investigação, cujas peças são recolhidas com o objetivo de organizar a montagem de uma análise, mas sem um encaixe perfeito, pois não há um retrato completo e não há certeza absoluta dos resultados. Nesse sentido, a história é a ciência que vai estudar os seres humanos e suas práticas, dentro de um encadeamento de vivências, entre documentos e rastros existentes ou lacunares. Em Michel de Certeau (2017, p. 84), temos que o "[...] entendimento da história está ligado à capacidade de organizar as diferenças ou as ausências pertinentes e hierarquizáveis porque relativas às formulações científicas atuais". Portanto, é preciso ter clareza de que a produção histórica está ligada ao tempo em que é produzida e aos anseios do momento, não sendo possível a montagem de um cenário histórico como um todo.

Sobre os cadernos de registro, aqui analisados, se faz necessário ressaltar que os artefatos, conforme encontrado ao longo da pesquisa, exerciam diferentes papéis para além do usual, tais como diário de campo, artefato para registro de narrativas (relacionadas, ou não, diretamente ao acervo), como também um papel na construção e no registro de memórias coletivas, o que o torna um objeto caracterizado como documento de pesquisa para a história.

Este estudo de caso demonstra que os cadernos de registro do Museu do Colégio Mauá são muito mais do que simples documentos administrativos. Eles funcionaram como um inovador e complexo arquivo de memória oral, um artefato híbrido que serviu, simultaneamente, como livro de registro (ou tombo), diário de campo e repositório de narrativas.

Os cadernos de registro possibilitaram o estudo de uma singularidade muito distinta se comparada com outros instrumentos de assentamento de acervos, que são os registros das declarações. Variados enfoques, com distintas particularidades, estes registros, por si só, poderiam gerar futuras pesquisas, pois apresentam histórias e lembranças de épocas e situações pretéritas ligadas à vida e à sociedade de Santa Cruz do Sul e região.

A prática de registrar "Doações e Declarações" revela o notável papel de um museu escolar na ativa construção e negociação do patrimônio local. A instituição foi além da mera



guarda de objetos, assumindo o papel de escutar, validar e perenizar as vozes de sua comunidade. Nesse processo, a memória oral foi elevada ao mesmo estatuto do objeto material, numa concepção de patrimônio integrada e profundamente humanizada.

Conclui-se, portanto, que esta análise oferece uma contribuição significativa ao campo do patrimônio histórico-educativo. Ela nos convida a lançar um olhar mais atento para as "margens" da documentação museológica – para aqueles artefatos técnicos, muitas vezes guardados e esquecidos em armários administrativos. É justamente nesses espaços inesperados que podemos encontrar práticas singulares que, como as do Museu do Colégio Mauá, revelam profundas e originais concepções sobre o que significa preservar a memória e construir o patrimônio.

REFERÊNCIAS

100 ANOS Mauá. **Santa Cruz do Sul**: Colégio Mauá, [1970].

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. SP: Perspectiva, 2004.

CERTEAU, Michel de. Operação Historiográfica, *In*: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 45-108.

CHAGAS, Mário. Museologia, Memória e Patrimônio Cultural. *In*: **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1994.

COLÉGIO MAUÁ SANTA CRUZ DO SUL: histórico. *In*: Colégio Mauá Santa Cruz do Sul. **Site institucional**: <https://www.maua.g12.br/maua/historico.php>. Santa Cruz do Sul, 2023. Acesso em: 30 mar. 2025.

CONHEÇA O MUSEU do Colégio Mauá com suas cem mil peças. **Jornal Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 03 jul. 1976. p. 2.

COREDE, Conselho Regional do Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. O que é o COREDE Vale do Rio Pardo, [2020?]. **Site Institucional**: <https://www.coredevrp.org.br/o-corede/>. Acesso em 17 jun. 2025.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GERTZ, René E. A construção de uma nova cidadania. *In*: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: ULBRA, 1994, p. 29-40.

GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.



GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. *In: Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GUISARD, Luís Augusto de Mola. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 13, n. 4, p. 92-99, out. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/jMgYnVpvBB5wLgbxYyRM4Lv/?lang=pt>. Acesso em 08 set. 2025.

KIPPER, Maria Hoppe. **Sociedades de Cavalaria em área de colonização alemã (Santa Cruz do Sul – RS)**. 1967. 99 f. (Dissertação de Licenciatura em História) – Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de São Leopoldo, São Leopoldo, 1967.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. *In: APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 89-121.

MENSCH, Peter van. El objeto como portador de Datos. *In: Cuadernos de Museología, Museo de Arte Popular*. Lima: Instituto Riva-Agüero, 1989. p. 53-62.

MORRE o historiador Hardy Martin. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 06/07 jul. 1966. n° 129, p.10.

OUTEIRO. *In: Dicio, Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/outeiro/>. Acesso em 02 de set. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Est Edições, 2001.

VOGT, Olgário Paulo. Cultura Colonial. *In: VOGT, Olgário Paulo (org.) Abrindo o Baú de Memórias: o Museu de Venâncio Aires conta a história do município*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 153-227.

VOGT, Olgário Paulo. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. *In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p. 69-122. A.

VOGT, Olgário Paulo. Germanismo e nacionalização em Santa Cruz do Sul, RS. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, vol. 7, n. 2, p. 49-92, jul-dez. 2001. B.

Recebido em: 24 de outubro de 2025.
Aceito em: 16 de dezembro de 2025.